



Tecnologias e abuso sexual – o papel da tecnologia na facilitação do abuso sexual infantojuvenil: revisão sistemática

Technologies and sexual abuse – the role of technology in facilitating child and adolescent sexual abuse: systematic review

Vitória Maria Cezário Quaresma¹, Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna², Hilana Maria Braga Fernandes Abreu³ & Lúcia Maria Temóteo⁴

Resumo: o abuso sexual infantojuvenil é uma realidade que afeta inúmeras crianças e adolescentes, prejudicando e violando a integridade física, emocional e psicológica das vítimas. São inúmeros os fatores que provocam vulnerabilidade nesse público, sendo um deles a exposição das crianças e dos adolescentes aos meios tecnológicos, o que faz que as mídias exerçam influência sobre eles, bem como facilitem a comunicação dos agressores com as vítimas. Tendo isso em vista, objetiva-se analisar a relação entre o uso das tecnologias e o abuso sexual infantojuvenil, explorando de que forma essas ferramentas tecnológicas têm sido utilizadas na facilitação do abuso sexual de crianças e adolescentes. Em relação à metodologia, trata-se de uma revisão sistemática da literatura. A busca pelos artigos foi realizada a partir das bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS); Lilacs; Scientific Electronic Library Online (SciELO); National Library of Medicine (PubMed). Os descritores utilizados para a busca dos artigos foram: abuso sexual infantojuvenil, tecnologias e pedofilia. O operador booleano AND foi usado para cruzamento entre os termos. Em relação aos critérios de inclusão utilizados: artigos completos, disponíveis e indexados nas referidas bases de dados, gratuitos, no idioma português, publicados nos últimos cinco anos, entre 2019 e 2023, e relacionados ao tema. Como critérios de exclusão, foram excluídos monografias, capítulos de livros, artigos pagos, estudos duplicados, artigos em outro idioma e publicados anteriormente ao ano de 2019. Os resultados demonstraram que as tecnologias modernas, como a internet e as redes sociais, são meios facilitadores do aumento de casos de abuso sexual infantojuvenil.

Palavras-chave: *Abuso sexual infantojuvenil; Tecnologias; Pedofilia.*

Abstract: Child and adolescent sexual abuse is a reality that affects countless children and adolescents, harming and violating the physical, emotional and psychological integrity of the victims. There are numerous factors that cause vulnerability in this public, one of them being the technological means, due to the influences that the media causes, the exposure of children and adolescents and the facilitation of communication between aggressors and victims. To analyze the relationship between the use of technologies and child and adolescent sexual abuse, exploring how these technological tools have been used to facilitate the sexual abuse of children and adolescents. This is a systematic review of the literature. The search for articles was carried out from the Virtual Health Library (VHL); Lilacs; Scientific Electronic Library Online (SciELO); National Library of Medicine (PubMed). The descriptors used to search for the articles were: Child and adolescent sexual abuse, technologies and pedophilia. The Boolean operator AND was used to cross-reference the terms. Regarding the inclusion criteria used: complete articles, available and indexed in the aforementioned databases, free of charge, in the Portuguese language, published in the last five years between 2019 and 2023 related to the theme. Monographs, book chapters, paid articles, duplicate studies, in another language, and published before

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 04/04/2024; aprovado em 25/10/2023.

¹Discente, Centro Universitário Santa Maria, 20191055031@fsmead.com.br*, <https://orcid.org/0009-0000-0407-8823>;

²Mestra, Docente do Centro Universitário Santa Maria, 000434@fsmead.com.br, <https://orcid.org/0009-0001-8812-3862>;

³Mestra, Docente do Centro Universitário Santa Maria, hilanamaria80@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-3236-3589>;

⁴Mestra, Docente do Centro Universitário Santa Maria, luciatemoteo@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-1748-4999>.

2019 were excluded as exclusion criteria. Modern technologies, such as the internet and social networks, are means that facilitate the increase in cases of child and adolescent sexual abuse.

Keywords: *Child and adolescent sexual abuse; Technologies; Pedophilia.*

INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantojuvenil é uma preocupação que transcende fronteiras e se apresenta como um desafio a ser enfrentado pela sociedade, tendo em vista as marcas que provoca nas vítimas e no tecido social em que permeia. Esse tipo de abuso pode atingir qualquer sujeito e afetar sua integridade física, emocional e mental, causando sequelas que podem durar uma vida inteira (Cruz et al, 2021).

No entanto, a dimensão que o abuso sexual infantojuvenil alcança não se restringe aos impactos individuais. Esses atos têm o poder de prejudicar as bases da sociedade, corroendo os laços sociais que a sustentam. Além do fardo que as vítimas carregam, frequentemente silenciando o ocorrido, o que realça a urgência de promover conscientização, prevenir esses casos e oferecer apoio (Miranda et al, 2020).

Tendo em vista que os números de casos de abuso sexual infantojuvenil se apresentam de forma impactante, é necessário um cuidado para além das causas comuns de ocorrência, mesmo que em algumas pesquisas enfatizem que o abuso sexual infantojuvenil ocorre principalmente no âmbito familiar, sendo o agressor um familiar ou alguém próximo da família, ainda se fazem presentes agressores desconhecidos (Souza et al, 2022).

O objetivo deste artigo é questionar se os meios tecnológicos podem estar facilitando o abuso sexual infantojuvenil, uma vez que um número impactante de crianças e adolescentes usam esses meios de forma indiscriminada e sem supervisão (Schwartz; Pacheco, 2021).

Este estudo trata-se de uma revisão sistemática da literatura, com o intuito de intensificar a importância de desenvolver estratégias de conscientização, prevenção e enfrentamento com a finalidade de reduzir os casos desse grave problema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O abuso sexual infantojuvenil é considerado um problema de saúde pública, uma vez que se trata de uma violação de direitos, afetando todas as classes sociais, independentemente do gênero, raça ou etnia. Esse tipo de violência tem como característica o estímulo de caráter sexual por parte de um agressor de idade ou desenvolvimento psicossocial superior ao da vítima. Essa forma de abuso pode ocorrer em relações homossexuais ou heterossexuais e engloba uma série de situações, como estupro, assédio, pornografia, pedofilia, manipulação dos órgãos genitais, ato sexual com penetração, práticas eróticas não consentidas, entre outros. Essas práticas são altamente prejudiciais e violam a integridade física,

emocional e mental das vítimas. Além disso, provocam danos profundos no tecido social em que estão inseridas (Miranda et al, 2020).

A sua prevalência é impactante, sendo mais comum do que se imagina. O Brasil ocupa a 5ª posição na lista das nações onde ocorrem mais violações sexuais de crianças e adolescentes. No ano de 2021, o canal de denúncias “Dique 100” (Dique Direitos Humanos) registrou mais de 6 mil relatos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Esses números referem-se apenas ao período de 1 de janeiro a 12 de maio. De 35 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes, 17,5% são relacionadas à violência sexual. Esses dados servem de alerta para destacar a vulnerabilidade desse público e a sua exposição a fatores de violência (Brasil, 2021).

Os meios tecnológicos se fazem cada vez mais presentes nas vivências da maior parte da população, incluindo as crianças e adolescentes. A pesquisa Consulta Brasil, que avalia o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), em 2020, constatou que, no Brasil, cerca de 81% da população brasileira com dez anos de idade ou mais possuem acesso à internet e às redes sociais, inclusive modificando a sua idade para ter um perfil. Desse percentual apenas metade relatou ter a supervisão de um adulto, como os pais ou responsáveis, durante o uso (Júnior; Wahba, 2022).

A internet é uma ferramenta que pode ser utilizada de forma positiva, porém também oferece uma ampla variedade de informações que não são consideradas adequadas para determinados grupos. Atualmente, tem-se ofertado uma representação adultizada e erotizada do público infantojuvenil, isso ocorre por meio de propagandas que retratam crianças simulando comportamentos adultos e, até mesmo, por meio de anúncios que promovem bonecas de plástico com características sensuais, com seios arredondados e poses provocativas. Esses tipos de anúncios estabelecem uma conexão entre inocência e sedução, podendo resultar em uma distorção da imagem corporal nas crianças e nos adolescentes, de modo que também podem servir como material para pedófilos, provocando possibilidades de incentivo para o abuso sexual infantojuvenil (Mion; Hennigen, 2018). Estimativas apontam que há, aproximadamente, 750 mil abusadores sexuais conectados no mundo, buscando imagens de exploração sexual de crianças e adolescentes (Brasil, 2020).

Além desse aspecto, as tecnologias de informação e comunicação também têm desempenhado um papel significativo na facilitação do abuso sexual infantojuvenil, uma vez que dão oportunidade para que muitos agressores se conectem com crianças ou adolescentes em plataformas online, do mesmo modo as plataformas cujo objetivo específico é o de cunho sexual e/ou erótico. Um exemplo é a plataforma sexting, que corresponde a um meio de comunicação digital em que adolescentes e jovens compartilham e recebem conteúdos de nudez ou sexo, ocorrendo também o compartilhamento de vídeos ou imagens de

nudez para terceiros, sem consentimento do autor. Esse ato corresponde a uma prática de violência referida atualmente no Brasil como abuso digital no relacionamento (Júnior; Wahba, 2022).

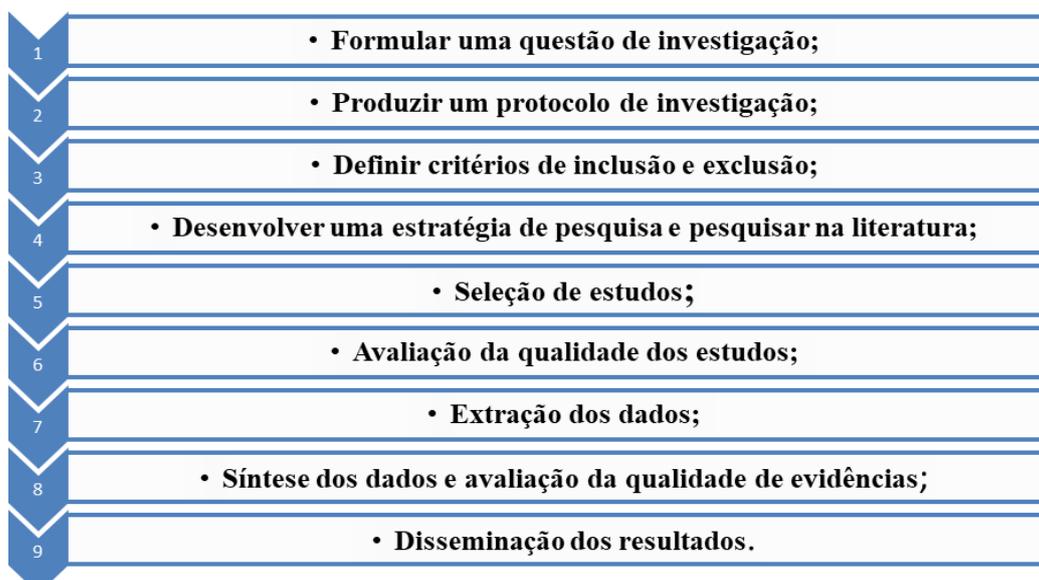
A proteção integral à infância e à juventude é um direito assegurado por lei. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reconhece a vulnerabilidade que permeia as crianças e os adolescentes e atribui responsabilidades de assegurar os direitos fundamentais e proteção a todos os membros da sociedade, incluindo família, escola, estado e comunidade em geral, tendo em vista que a legislação determina que qualquer ato, seja por ação ou omissão, que negligencie, viole, discrimine, explore, provoque crueldade ou opressão seja punido de acordo com a lei (Brasil, 1990).

Com isso, compreende-se que o abuso sexual infantojuvenil é uma realidade, o que enfatiza a importância e a relevância de abordar essa temática, questionando-se a facilitação que os meios tecnológicos possibilitam no agravamento dos casos e quais estratégias podem ser utilizadas para prevenção e enfrentamento dessa demanda.

METODOLOGIA

Para embasar o estudo, foi realizada uma revisão sistemática, que se trata de uma pesquisa na qual identifica, avalia e sintetiza evidências, com o objetivo de responder a uma pergunta específica por meio da análise de estudos relevantes e confiáveis, fornecendo, assim, uma síntese imparcial e abrangente sobre uma determinada temática (Donato; Donato, 2019). A revisão sistemática foi elaborada a partir de nove etapas, sendo estas:

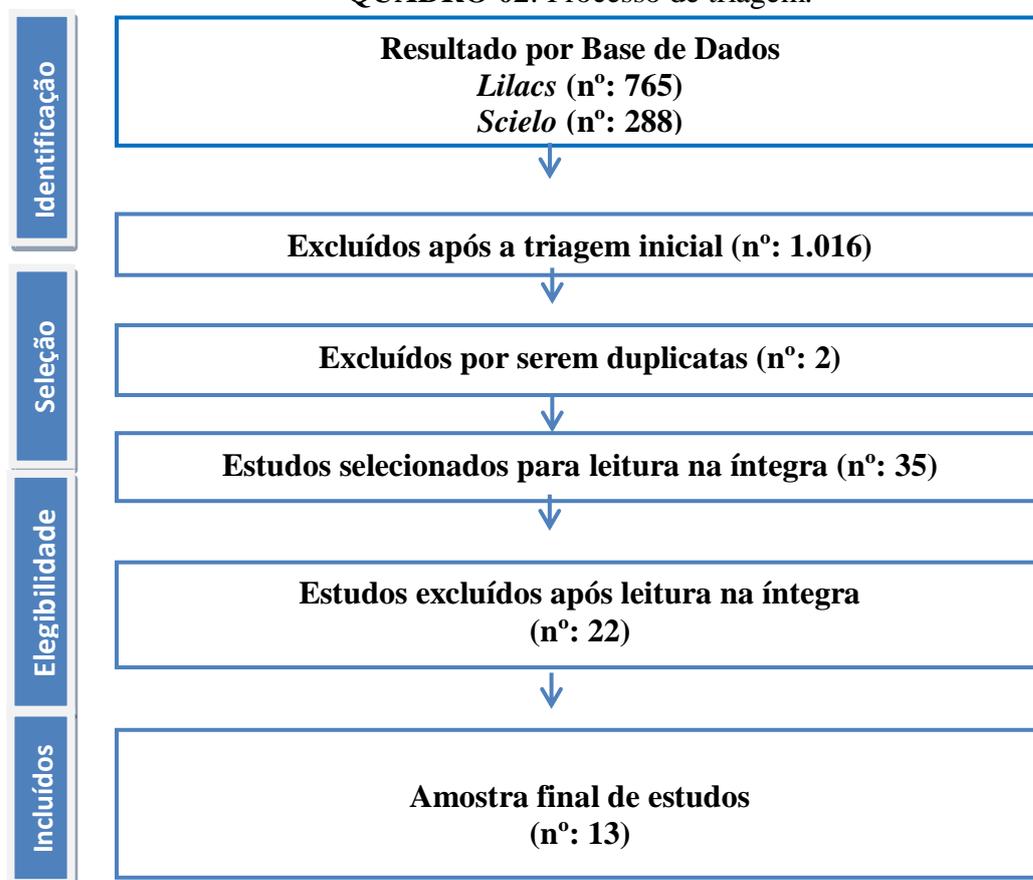
QUADRO 01: Etapas da revisão sistemática.



FONTE: Donato e Donato(2019).

A questão de investigação do presente estudo foi: de que forma os meios tecnológicos podem possibilitar uma facilitação do abuso sexual infantojuvenil e quais estratégias podem ser utilizadas para prevenção e enfrentamento dessa demanda? Através dessa indagação, foram realizadas buscas nas bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS); Lilacs; Scientific Electronic Library Online (SciELO); National Library of Medicine (PubMed). Os descritores utilizados para busca dos artigos foram: abuso sexual infantojuvenil, tecnologias e pedofilia. O operador booleano AND foi usado para cruzamento entre os termos. Os artigos encontrados foram analisados nas diferentes bases de dados e a sua seleção ocorreu por meio dos títulos; os relacionados ao tema foram selecionados para leitura do resumo e, ao serem identificados como pertinentes para o assunto, foram selecionados e separados em pastas para leitura completa. Os critérios de inclusão foram: artigos completos, disponíveis e indexados nas referidas bases de dados, gratuitos, no idioma português, publicados nos últimos cinco anos, entre 2019 e 2023, relacionados ao tema. Como critérios de exclusão, foram excluídas as monografias, capítulos de livros, artigos pagos, estudos duplicados, em outro idioma e publicados anteriormente ao ano de 2019.

QUADRO 02: Processo de triagem.



FONTE: resultados de pesquisa em base de dados (2023).

O Quadro 02 mostra um resumo das buscas feitas e o número de artigos encontrados em cada base de dados consultada. Ao todo, com a utilização dos descritores, foram identificados 1.053 artigos nas duas bases de dados, conforme detalhado a seguir: LILACS: 765 artigos e SciELO: 288 artigos. Após a aplicação do primeiro filtro, no qual foram considerados critérios de inclusão e exclusão, destacando a relevância do tema, período de pesquisas, eliminando estudos que ultrapassem mais de 5 anos, que sejam pagos, de outro idioma, monografias e capítulos de livros, chegou-se a um total de 35 artigos. Com a seleção dos 35 artigos, foi realizado uma leitura crítica de títulos, resumos e objetivos e, com isso, foram excluídos 22 artigos, pois não possuíam objetivos semelhantes. Assim, totalizaram-se 13 artigos, sendo 11 da SciELO e 2 da LILACS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados desta pesquisa confirmam o abuso sexual infantojuvenil como um problema de saúde pública e uma realidade que afeta inúmeras crianças e adolescentes diariamente, de modo que a faixa etária mais vulnerável é a que corresponde às idades de 6 a 14 anos, apresentando uma maior prevalência dos casos no sexo feminino. Em relação ao perfil do agressor, em ambos os sexos das vítimas, o agressor é homem. Com maior frequência, são conhecidos pelas famílias, sendo principalmente o padrasto e o pai, em seguida, estão os agressores desconhecidos, sem vínculo familiar.

QUADRO 03: Caracterização geral dos artigos selecionados segundo autoria, ano, idioma e base de dados.

Autores (ano)	Títulos	Idioma	Base de Dados
Souza <i>et al.</i> (2022)	Construção e validação de vídeo educacional para prevenção da violência sexual em adolescentes	Português, Inglês e Espanhol	SciELO
Junior e Wahba¹ (2022)	Ingresso do afeto: exposição indevida e ghosting em jovens usuários de redes sociais	Português, Inglês e Espanhol	SciELO
Nobre <i>et al.</i> (2021)	Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância	Português e Inglês	SciELO
Patrocínio e Bevilacqua (2023)	O que nudes e divulgação não autorizada de imagens íntimas têm a lembrar à escola?	Português e Inglês	SciELO

Tomaz (2023)	Do YouTube à notícia: vulnerabilidade e agência nas representações de crianças produtoras de conteúdo	Português e Inglês	SciELO
Ferraz, Veloso e Cabral (2021)	Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero	Português, Inglês e Espanhol	SciELO
Miranda et al. (2020)	Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados	Português e Inglês	SciELO
Cruz et al. (2021)	Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa	Português e Inglês	SciELO
Silva, Pereira e Andrade (2023)	Quebra do silêncio em grupo on-line de enfrentamento ao abuso sexual infantil	Português, Inglês e Espanhol	SciELO
Arantes (2022)	Psicologia na Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	Português, Inglês e Espanhol	SciELO
Martins e Santos (2022)	Atendimentos Psicossociais a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: Percepções de Psicólogas de um Creas/Paef	Português, Inglês e Espanhol	SciELO
Schwartz e Pacheco (2021)	Mediação Parental na Exposição às Redes Sociais e a Internet de Crianças e Adolescentes	Português, Inglês e Espanhol	Lilacs
Cruz et al. (2020)	Imagem corporal e sexualidade na infância: uma abordagem qualitativa	Português, Inglês e Espanhol	Lilacs

FONTE: resultados de pesquisa em base de dados (2023).

QUADRO 04: Principais resultados dos estudos selecionados na pesquisa.

Autores (ano)	Principais resultados
Souza et al. (2022)	Objetivou-se desenvolver um vídeo educacional de prevenção à violência sexual destinado ao público adolescente. A apresentação dessa temática de forma clara e contextualizada demonstrou-se

compreensível pelos adolescentes. O vídeo abordou a violência sexual em duas perspectivas: com e sem contato físico e em que o abusador sexual pode ser um familiar, amigo ou desconhecido. Também foram apresentados os fatores de riscos relacionado à exposição de adolescentes à violência sexual, destacando-se o uso de álcool e outras drogas e relacionamentos em ambientes virtuais, uma vez que provoca uma vulnerabilidade para o adolescente.

Junior¹ e Wahba¹
(2022)

Objetivou-se avaliar quais seriam os incentivos e a funcionalidade que os jovens usuários de redes sociais tinham em praticar *sexting*, que é o comportamento de enviar, receber ou compartilhar nudes, seja de forma autorizada ou não. Em relação aos fenômenos de abuso digital, está presente a exposição indevida, que corresponde ao ato de compartilhar nudes sem o consentimento do autor. Esse envolvimento corresponde a um aumento no risco de ciberviolência e pressão para que sejam enviados mais nudes.

Nobre *et al.*
(2021)

Objetivou-se investigar o desenvolvimento de crianças de 24 a 42 meses que tinham acesso à tela e, com isso, foi observado que 63,3% das crianças têm um tempo de tela superior a 2 horas diárias, que é um tempo acima do recomendado para sua idade.

Patrocínio e Bevilacqua
(2023)

Objetivou-se identificar os impactos no âmbito escolar diante da exposição de forma autorizada e não autorizada de fotos íntimas do público feminino. As práticas violentas são diferenciadas com base em como essas mídias chegam a ser produzidas, adquiridas e divulgadas. Na pesquisa, foi identificado um número significativo de meninas e mulheres que tiveram suas fotos íntimas divulgadas. Com isso, buscou-se identificar como essas fotos foram produzidas e divulgadas e de que forma afetou as suas vidas.

Tomaz
(2023)

Objetivou-se trazer uma ótica a respeito da visibilidade que as crianças estão tendo em um ambiente *online*, como o *YouTube*, que divulga canais em que os protagonistas são infantis e, assim, investigar como esse meio pode provocar vulnerabilidade para esse

público, além da vulnerabilidade que também permeia as crianças que são usuárias desse ambiente.

Ferraz, Veloso e Cabral (2021)

Objetivou-se fazer uma análise sobre casos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e, através dos dados obtidos, constatou-se que o sexo feminino está mais vulnerável em comparação ao público masculino. Nas meninas, a faixa etária do processo de puberdade intensifica essa vulnerabilidade, já nos meninos, a maior vulnerabilidade ocorre em uma faixa etária inferior à faixa etária das meninas. Quanto ao agressor, a maior frequência corresponde a homens adultos, para ambos os sexos. No que diz respeito às meninas, o padrasto, dentro do âmbito intrafamiliar, é o causador mais frequente do abuso, seguido por desconhecidos e namorados. Nos meninos, familiares sem um vínculo parental se fazem mais presentes.

Miranda et al. (2020)

Objetivou-se identificar a maior prevalência de casos de violência sexual em relação ao sexo da vítima, sua faixa etária, fatores de risco, locais de maior ocorrência e perfil do agressor. No que diz respeito às vítimas mais comuns, corresponde a uma menor idade, em que as crianças acabam sendo mais vulneráveis, e no sexo feminino, seja de crianças ou adolescentes. Identificou a residência como principal cenário, e o pai como a maior probabilidade de ser o agressor.

Cruz et al. (2021)

Objetivou-se identificar quais os impactos que o abuso sexual ocorrido na infância e na adolescência pode causar em ordem psicológica, física, sexual e social de suas vítimas. Com a coleta das informações, fizeram-se presentes tais realidades: baixa autoestima, transtorno depressivo, transtorno de estresse pós-traumático, alterações no sono, transtorno borderline, autolesão, comportamento suicida, transtorno psicótico, alucinações auditivas, gravidez advinda do estupro e abuso de substâncias.

Silva, Pereira e Andrade

Objetivou-se fazer uma pesquisa de forma *online*, com a plataforma

(2023) do *Facebook*, cuja temática é “Luta contra o abuso sexual infantil”. Foi realizada principalmente através de um grupo *online*, em busca de interações com as vítimas dessa violência, com a finalidade de enfatizar a quebra do silêncio, elaboração do trauma vivido e o apoio que podem receber e oferecer as pessoas que passaram pela mesma situação. As tecnologias, por serem um meio que está cada vez mais presente na vida da população, são direcionadas para um uso de forma positiva.

Arantes

(2022) Objetivou-se destacar o papel da psicologia na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, uma vez que recortes teóricos mostram como esses públicos eram tratados e como algumas realidades ainda não mudaram completamente.

Martins e Santos

(2022) Objetivou-se ter mais acesso à temática do abuso sexual, com o intuito de poder torná-lo mais nítido ou com maior facilidade de suspeitas. Foram realizadas entrevistas com três profissionais da psicologia que já tiveram experiências no atendimento a crianças e a adolescentes vítimas de violência sexual.

Schwartz e Pacheco

(2021) Objetivou-se dialogar sobre o uso das redes sociais e da internet no período da infância e adolescência e como isso pode estar impactando a vida deles e o processo de parentalidade. O artigo traz os benefícios e os riscos que a internet e os seus meios de comunicação propiciam ao sujeito, levando em consideração que alguns não usam sob a supervisão de algum adulto. Como possíveis aspectos negativos, destaca-se a vulnerabilidade, de modo que o indivíduo fica exposto ao *cyberbullyung* e a questões sexuais, como o assédio e a solicitações ou o recebimento de fotos íntimas, uma vez que é comum que utilizem redes sociais de forma anônima, através de perfis falsos, o que proporciona maior vulnerabilidade para as vítimas. Como intervenção frente a essa demanda, sugere-se que os pais sejam psicoeducados e orientados sobre os riscos e os benefícios do uso das tecnologias e, com isso, possam participar

e promover um uso saudável para os seus filhos.

Cruz et al.
(2020)

Objetivou-se verificar como a imagem corporal e a sexualidade de meninos e meninas na faixa etária de 6 a 11 anos está sendo exposta através das mídias e dos meios sociais, tendo em vista o impacto que promovem na formação de opinião e estereótipos relacionados ao corpo, influenciando para a sua aceitação e inclusão. Através de grupos, foram realizadas entrevistas para identificar quais as suas opiniões e realidades referentes à imagem física. Os resultados identificaram uma diferença entre as respostas das meninas e dos meninos em relação à erotização corporal: os meninos apresentaram manifestações sexuais mais intensas. Todos apresentaram naturalidade ao falar das partes do corpo, como nádegas, seios e órgãos genitais, mas foi observado que eram acompanhadas de um cunho sexual intensificado, relacionado a uma sexualização precoce. Dentro das categorias que exercem influência nessas realidades, como família, amigos e mídia, a mídia se destacou como a principal contribuinte para a sexualização precoce infantil.

FONTE: Resultados da pesquisa (2023).

Martins e Santos (2022) apresentam a perspectiva de que tendem a reduzir a explicação do fenômeno da violência sexual aos meios familiares, enfatizando que isso impossibilita que sejam observados, para além disso, os aspectos culturais e socioeconômicos. Miranda et al (2020) afirmam que é necessário destacar que se trata de uma violência que corresponde a um fenômeno complexo, multicausal, multifatorial e multidimensional, podendo atingir qualquer sujeito, independente do seu sexo, classe social, faixa etária e estando dentro ou fora do seu contexto familiar. Diante disso, faz-se necessário ir além do que se mostra com frequência e investigar outros meios que podem vir a facilitar essa realidade ameaçadora à integridade física, psicológica e social de tantas vítimas.

Segundo Schwartz e Pacheco (2021), é necessário que se impulsionem os estudos sobre o uso das tecnologias por crianças e adolescentes, uma vez que a nossa sociedade funciona em torno dos meios tecnológicos e, assim, desde a idade precoce, os sujeitos já se fazem presentes nessa realidade. Através da pesquisa realizada por Nobre et al (2023), constatou-se que o público de 24 a 42 meses de idade já

apresentou um uso de telas além do que é recomendado e, com isso, buscou identificar quais benefícios e quais malefícios proporciona aos usuários, sendo considerado um dos fatores de risco o favorecimento de exposição a conteúdos impróprios.

Diversos são os riscos associados ao uso de internet. Tomaz (2023) promoveu uma problematização da utilização da imagem de crianças em canais de YouTube e como essa visibilidade as afeta e afeta os seus internautas. Apesar de oferecer à criança novas formas de linguagem e um espaço de relevância social, que, em longo prazo, pode lhe ser positivo, isso não a isenta da exposição a diversos riscos, como: acesso à pornografia, assédio sexual, contato com estranhos.

As mídias promovem um impacto nos comportamentos que as crianças emitem. Os meios de comunicação aos quais elas têm acesso e as publicidades que consomem colaboram com um contato direto da infância para a vida adulta. A forma como são expostas as imagens feminina e masculina é carregada de um erotismo maquiado, através das poses e da exposição dos corpos, substituindo a inocência por uma imagem sedutora e sexualizada. As crianças, então, são consideradas como esponjas desses meios, e aquilo a que têm acesso proporciona efeitos nas suas relações pessoais e externas, na sua visão de mundo e na sua introdução a uma sexualidade precoce, segundo Cruz et al (2020).

A respeito dos adolescentes, as problemáticas já citadas também se fazem presentes, assim como os seus fatores de risco. No entanto, vale salientar de forma específica outros fenômenos, como sexting, ciberviolência e exposição indevida.

Sexting corresponde à prática do envio, recebimento e compartilhamento com terceiros (nem sempre de forma consentida) de conversas, áudios, imagens e vídeos de teor sexual. Essa prática aumenta o risco da ciberviolência, que corresponde a comportamentos violentos, de forma intencional e repetitiva, apresentando, como uma de suas peculiaridades, ser de forma anônima, através de contas falsas, acontecendo com menor previsibilidade, dificultando o seu enfrentamento. A exposição indevida é considerada uma consequência desses dois fenômenos, por se tratar do compartilhamento de nudes com terceiros sem o consentimento do(a) autor(a), gerando como principal fator de risco ameaças para que sejam compartilhados mais nudes, colocando o sujeito em uma situação de abuso digital (Júnior; Wahba, 2022; Schwartz; Pacheco, 2021).

Diante do exposto, faz-se necessário elencar que a internet não deve ser considerada uma vilã. A problematização está relacionada ao seu uso indiscriminado, sem supervisão e orientação. Schwartz e Pacheco (2021) enfatizam que a mediação restritiva do uso de tecnologias mostra, de forma estatística, uma diminuição significativa em comportamentos sexuais de risco online, promovendo uma diminuição do acesso e, conseqüentemente, redução de contato com conteúdos impróprios e de cunho sexual.

Levando em consideração que os meios tecnológicos estão cada vez mais presentes na vida de todos os sujeitos, e que nem sempre será possível evitar que crianças e adolescentes tenham acesso a eles de uma forma inadequada, deve ser levado em consideração utilizá-los para proporcionar formas de conscientização e busca pela diminuição do abuso sexual infantojuvenil, promovendo vídeos educacionais, grupos online de conscientização ou apoio para as vítimas (Silvia; Pereira; Andrade, 2022; Sousa et al, 2022).

CONCLUSÕES

O abuso sexual infantojuvenil é uma realidade que afeta inúmeras vítimas diariamente e que, por muitas vezes, é velada. Com isso, faz-se necessário observar os fatores de risco para além do que é exposto com maior frequência. Diante da explanação da temática, ressalta-se a necessidade de acompanhar como as crianças e os adolescentes estão utilizando os meios tecnológicos, a que estão expostas, e como estão se expondo, uma vez que são identificados fatores de risco em relação ao seu uso indiscriminado e sem supervisão.

Os meios tecnológicos não precisam ser abolidos da vida das crianças e dos adolescentes, pois apresentam benefícios para a sociedade e os seus usuários, mas é necessário que se olhe para além dos benefícios e que se atente aos seus malefícios, ressaltando que as tecnologias não são vilãs, mas sim a forma como ela está sendo utilizada.

Desse modo, é necessário enfatizar que é fundamental uma abordagem multidisciplinar e o comprometimento dos pais, educadores, profissionais de saúde e a sociedade em geral. Concientizar a respeito dos perigos e promover diretrizes para um uso responsável das tecnologias são estratégias essenciais para a garantia de segurança e bem-estar das gerações mais jovens em um mundo cada vez mais digital.

REFERÊNCIAS

[1] BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

[2] BRASIL, Ministérios da Saúde. Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes entra em pauta de fórum sobre tecnologia. 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/agosto/combate-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-entra-na-pauta-de-forum-sobre-tecnologia>. Acesso em: 3 maio 2023.

[3] BRASIL, Ministério da Saúde. Disque 100 tem mais de 6 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. 17 de maio de 2021. Disponível

em:<https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2021/maio/di-que-100-tem-mais-de-6-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-em-2021>. Acesso em: 3 maio 2023.

[4] CARDOSO JÚNIOR, Aroldo de Lara; WAHBA, Liliana Liviano. Ingresso do afeto: exposição indevida e ghosting em jovens usuários de redes sociais. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v30.577>. Acesso em: 26 out. 2023.

[5] CRUZ, Moniky Araújo da et al. Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 4, p. 1369-1380, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>. Acesso em: 26 out. 2023.

[6] CRUZ, Letícia Maria Cunha et al. Imagem corporal e sexualidade na infância: uma abordagem qualitativa. *Pensar a Prática*, v. 23, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rpp.v23.55769>. Acesso em: 26 out. 2023.

[7] DONATO, Helena; DONATO, Mariana. Etapas na condução de uma Revisão Sistemática. *Revista Científica da Ordem dos Médicos*. v. 32, n.3, 2019.

[8] FERRAZ, Maira de Maria Pires; XAVIER, Milene Maria; CABRAL, Veloso Isabel Rosa. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero. *Desidades*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 134-150, abr. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&p. Acesso em: 28 out. 2023.

[9] MAGALHÃES ARANTES, Esther Maria de. Psicologia na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, spe, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263580>. Acesso em: 26 out. 2023.

[10] MARTINS, Jessica Souza; SANTOS, Daniel Kerry dos. Atendimentos psicossociais a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: percepções de psicólogas de um creas/paefi. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003233520>. Acesso em: 26 out. 2023.

[11] MION, Mirian Raquel; HENNIGEN, Inês. Movimentos de um movimento social nas redes digitais: lutas quanto à publicidade infantil. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 13, n. 4, p. 1-17, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000400007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 out. 2023.

[12] MIRANDA, Millena Haline Hermenegildo et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 54, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1980-220x2019013303633>. Acesso em: 26 out. 2023.

[13] NOBRE, Juliana Nogueira Pontes et al. Fatores determinantes no tempo de tela de crianças na primeira infância. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 3, p. 1127-1136, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.00602019>. Acesso em: 26 out. 2023.

[14] PATROCINO, Laís Barbosa; BEVILACQUA, Paula Dias. O que nudes e divulgação não autorizada de imagens íntimas têm a lembrar à escola? *Educação e Pesquisa*, v. 49, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202349259986por>. Acesso em: 26 out. 2023.

- [15] SCHWARTZ, Fernanda Tabasnik; PACHECO, Janaína Thais Barbosa. Mediação parental na exposição às redes sociais e a internet de crianças e adolescentes. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 21, n. 1, p. 217-235, 26 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.59383>. Acesso em: 26 out. 2023.
- [16] SILVA, Cristiane Moreira da; PAULA PEREIRA, Daniela Roberta de; SANTOS ANDRADE, Francyne dos. Quebra do silêncio em grupo on-line de enfrentamento ao abuso sexual infantil. *Psicologia em Estudo*, v. 28, 24 out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v28i0.51583>. Acesso em: 26 out. 2023.
- [17] SOUZA, Valesca Patriota de et al. Construção e validação de vídeo educacional para prevenção da violência sexual de adolescentes. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 31, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2021-0171pt>. Acesso em: 25 out. 2023.